

Artigos Originais

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO EM GRAMSCI: Reflexões para o Serviço Social

Original Articles

EDUCATION AND EMANCIPATION IN GRAMSCI: Reflections for Social Work

Bárbara Oliveira Rosa*

<http://lattes.cnpq.br/0960517528497234>
barbarass@hotmail.com.br

Eliana Bolorino Canteiro Martins**

<http://lattes.cnpq.br/2929215848523448>

Jéssica Sanches***

<http://lattes.cnpq.br/4263067874663354>
jessica-sanches@hotmail.com

Thiago Rodrigo da Silva****

<http://lattes.cnpq.br/1870967405745760>
asocial.thiago@gmail.com



CAMINE: Cam. Educ. = CAMINE: Ways Educ., Franca, SP, Brasil - eISSN 2175-4217 -
está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)

RESUMO

O artigo trata sobre a relevância de Gramsci na educação, correlacionando essa temática com o Serviço Social. Trazendo a perspectiva crítica de educação gramsciana para o profissional de Serviço Social. Em uma sociedade baseada por

*Mestrado no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca/SP. Atualmente como professora substituta na Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

** Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP, docente do Depto de Serviço Social e Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na educação–UNESP/Câmpus de Franca

*** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, campus de Franca/SP.

**** Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca. Mestre em Serviço Social (2015) pela Unesp/Franca. Assistente Social graduado pela Universidade de Ribeirão Preto (2009). Docente substituto do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), campus Uberaba/MG

um “ethos” burguês, de valorização do consumo, do lucro, do individualismo, do egoísmo, como compreender a possibilidade de uma educação oposta à ideologia dominante, construída a partir da emancipação humana. Baseando em Karl Marx e Gramsci, trabalhamos um conceito amplo de educação. Para responder a esse questionamento, realizamos uma pesquisa bibliográfica em obras de referência sobre o pensamento de Gramsci e sobre educação e Serviço Social. Abrangendo as temáticas: educação, serviço social e nos aprofundando nos pensamentos de Gramsci. O método utilizado foi o materialista histórico dialético, visto que Gramsci era um teórico marxista. Através da pesquisa conseguimos observar como necessitamos construir uma educação voltada para a emancipação humana, trabalhando a educação na perspectiva gramsciana, trazendo elementos para discutir a dimensão educativa de forma crítica na formação e no trabalho profissional do assistente social. Colocando o assistente social como um intelectual orgânico, visto que sua prática contribui para a transformação dos sujeitos sociais, através da dimensão educativa, mostrando o compromisso dessa categoria profissional com a classe trabalhadora e conseqüentemente com a emancipação humana.

Palavras-chave: emancipação. educação. Gramsci. Serviço Social.

ABSTRACT

The article discusses the relevance of Gramsci in education, correlating this issue with the Social Work. Bringing the critical perspective of Gramsci's education for professional social work. In a society based by an "ethos" bourgeois, recovery of consumption, profit, individualism, selfishness, how to understand the possibility of an education opposed to the dominant ideology, constructed from the human emancipation. Based on Karl Marx and Gramsci, we work a broad concept of education. To answer this question, we conducted a literature search in reference works on the thought of Gramsci, educational and social work. Covering the themes: education, social works and deepening in the thoughts of Gramsci. The method used was the materialistic dialectical history, as Gramsci was a Marxist theoretician. Through research we can see how we need to build an education for human emancipation, working education in Gramscian terms, bringing elements to discuss the educational dimension critically on training and professional work of the social worker. Putting the social worker as an organic intellectual, as its practice contributes to the transformation of social subjects through educational dimension, showing the commitment of this professional category with the working class and consequently to human emancipation.

Keywords: emancipation. education. Gramsci. Social Work.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende trazer elementos para uma reflexão sobre as contribuições do teórico Antônio Gramsci para o Serviço Social e para a educação, correlacionando com a temática emancipação humana. A importância de estudar

esse pensador se fundamenta na relevância do mesmo para a atuação profissional do Assistente Social seja pautada em um posicionamento crítico, que vislumbre para além da perspectiva técnico-operativa, mas que atinja uma perspectiva educativa.

A dimensão educativa é compreendida como "[...] conjunto, socialmente determinado, de atividades que visam transformar as representações sociais (conhecimentos, valorações, sentimentos) com o objetivo de mudar a conduta social [...]" (PINTO, 1993, p. 41).

Recorremos à pesquisa bibliográfica para aprofundarmos os conhecimentos sobre as temáticas: Serviço Social, educação e emancipação, tendo como aporte teórico o pensador Antônio Gramsci. Assim, trabalhamos conceitos, abrindo questionamentos e reflexões sobre as temáticas, alertando o leitor uma vez que, considerando os limites desse artigo, não temos a pretensão de esgotar o tema, mas trazer indicativos que suscitem o interesse sobre o assunto que merece maior densidade teórica.

O método utilizado é o dialético a fim de chegar ao objetivo proposto. “Para a dialética não há nada de definitivo, de absoluto, de sagrado; apresenta a caducidade de todas as coisas e em todas as coisas e, para ela, nada existe além do processo ininterrupto do devir e do transitório.” (ENGELS apud POLITZER, 1979, p. 202).

Nosso envolvimento com essa questão deriva-se da experiência acumulada na disciplina denominada: “Emancipação e Serviço Social”, ministrada pela prof. Dra. Danuta E. Cantoia Luiz, no Programa da Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, campus Franca.

Segundo Coutinho (1981), Antônio Gramsci foi um teórico marxista, italiano, fundador do Partido Comunista na Itália, foi preso no período fascista, por defender o comunismo, contribuiu para a construção do marxismo no século XX. Gramsci é originário de Sardenha, veio de família humilde e se esforçou integralmente nos estudos, integrou-se ainda muito novo no Partido Socialista e se destacou como jornalista no jornal socialista "L'Avanti". Anos mais tarde, rompe com o Partido Socialista e funda o Partido Comunista Italiano, em 1921. Gramsci, nesse período, se casa com a russa Giulia Schucht e tem dois filhos. Após instaurado o fascismo na Itália, por divergências políticas, Gramsci vai preso pelo governo

comandado por Mussolini, sendo condenado a vinte anos de prisão. Escreveu sua obra mais conhecida, “Cadernos do Cárcere”, no período em que esteve preso, destacando-se por ser um teórico marxista que contribuiu profundamente na proposta de compreender a questão do comunismo, ampliando conhecimentos sobre diversos assuntos, com ênfase em Estado, revolução e educação, tendo uma contribuição marcante no Serviço Social.

Gramsci (2002) se destaca principalmente pela sua visão política prática, baseando seus princípios em condições materiais e concretas. Portanto, ele dizia que a revolução não “cairia do céu”, esta teria que ser duramente conquistada por meio do que ele chamava de ‘intelectual orgânico’, concepção que foi utilizada pelo autor para definir os intelectuais que pertencem a cada grupo social, esses são fundamentais para manutenção ou mudança da estrutura social. Como exemplo, temos os empresários, economistas, administradores, engenheiros, gerentes, marqueteiros, entre outros, esses são os intelectuais que mantêm a dominação do capital.

Todo grupo social, ao nascer do terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria também, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que conferem homogeneidade e consciência da própria função não apenas no campo econômico, como também no social e político: o empresário capitalista gera junto consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. (GRAMSCI, 1999, p. 265).

Por isso, é preciso entender a questão da ideologia, romper com o domínio da burguesia não é apenas recuperar os meios de produção, mas a mentalidade, a consciência da classe operária:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as ideias do seu domínio. (MARX; ENGELS, 2007, p. 55-56).

A ideologia dominante gera uma falsa consciência, esta não se corresponde com a realidade vivida pelos sujeitos, que naturaliza e fragmenta as relações de produção.

O mito, por exemplo, de que a ordem opressora é uma ordem de liberdade. De que todos são livres para trabalhar onde queiram. Se não lhes agrada o patrão, podem então deixá-lo e procurar outro emprego. O mito de que esta "ordem" respeita os direitos da pessoa humana e que, portanto, é digna de todo apreço. O mito que todos, bastando não ser preguiçosos, podem chegar a ser empresários – mais ainda, o mito que o homem que vende, pelas ruas, gritando: "doce de banana e goiaba" é um empresário tal qual como o dono de uma grande fábrica. O mito de o direito de todos à educação, quando o número de brasileiros que chegam à escola primária do país e dos que nela conseguem permanecer é chocantemente irrisória. O mito da igualdade de classe, quando o "sabe com quem você tá falando?" é ainda uma pergunta dos nossos dias. O mito do heroísmo das classes opressoras, como mantenedora da ordem que encarna a "civilização ocidental e cristã" que defende da "barbárie materialista" [...] O mito de que a rebelião do povo é um pecado contra deus. O mito da propriedade privada, como fundamento e desenvolvimento da pessoa humana desde, porém, que as pessoas humanas sejam apenas os opressores. O mito da operosidade dos opressores e o da preguiça e desonestidade dos oprimidos. O mito da inferioridade "ontológica" destes e o da superioridade daqueles. (FREIRE, 1987, p. 137).

Aprofundando os estudos pertinentes a essas questões, Gramsci acredita que é necessária uma "revolução cultural", ou seja, uma revolução baseada nos intelectuais, mostrando que a classe trabalhadora deve ser dirigente antes de ser dominante. Para se atingir a superação da ordem capitalista, precisamos perceber a centralidade da classe operária, "[...] o proletário é uma classe realmente revolucionária" (MARX; ENGELS, 1998, p. 17).

Somente um proletariado educado politicamente, que não se entregue ao desespero e ao desalento diante dos reveses possíveis e inevitáveis, que permaneça fiel e leal ao seu Estado apesar dos erros que indivíduos possam cometer e dos retrocessos que as condições reais da produção possam impor somente um proletariado assim poderá exercer a ditadura, liquidar a herança maléfica do capitalismo e da guerra e realizar a Internacional comunista (GRAMSCI, 2004, p. 255-256).

Dentro da prisão, Gramsci busca entender o motivo de o Partido Comunista ter sido derrotado, tendo como principais respostas: o socialismo ter uma economia de vanguarda, perdendo sua capacidade de mundializar, enquanto o capitalismo lubridia o mundo com a ideia de capitalismo popular, de consumo de massa. Essa situação ainda se agrava na Itália por conta do Fascismo, que ganha

força e investe em uma perspectiva modernizadora, incentivando o consumo e produção em massa.

Assim, segundo Coutinho (1992), a visão de Estado para Marx e Gramsci se diferencia, visto que Marx e Engels visualizam o Estado como gênese nas relações sociais concretas, nas relações de produção. Para eles, o Estado é um ‘comitê da burguesia’, que visa ao interesse da classe dominante e à garantia da propriedade privada.

A grande descoberta de Marx e Engels no campo da teoria política foi a afirmação do caráter de classe de todo fenômeno estatal; essa descoberta os levou, em contraposição a Hegel, a ‘dessacralizar’ o Estado, a desfetichizá-lo, mostrando como a aparente autonomia e ‘superioridade’ dele encontram sua gênese e explicação nas contradições imanentes da sociedade como um todo. A gênese do Estado reside na divisão da sociedade em classe, razão por que ela só existe quando e enquanto existir essa divisão (que decorre por sua vez, das relações sociais de produção); e a função do Estado é precisamente a de conservar e reproduzir tal divisão, garantindo assim que os interesses comuns de uma classe particular se imponha como interesse geral da sociedade. Marx, Engels e Lênin examinaram também a estrutura do Estado, indicaram na repressão – no monopólio legal e/ou de fato da coerção e da violência – o modo principal através do qual o Estado em geral (e, como tal, também o Estado liberal) faz valer essa natureza de classe. Em suma: os ‘clássicos’, tendencialmente, identificam o Estado – a máquina estatal – com o conjunto de seus aparelhos repressivos. (COUTINHO, 1992, p. 74).

O Estado é marcado por ser uma instituição opressora, repressora e coerciva, que despolitiza a sociedade à medida que se apropria das decisões. “A existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (MARX, 2010a, p. 60). Segundo Coutinho (1992), a visão de Estado de Marx é uma visão restrita, na qual ele acreditava, em que a mudança só iria ocorrer com a explosão da guerra oculta que acontece entre a classe operária e burguesa. Essa explosão seria uma ruptura violenta e súbita contra a classe opressora, portanto a classe tinha que se encontrar armada e organizada através da educação de base, de uma consciência de classe.

Já Gramsci concebe uma visão de “Estado ampliado”. Segundo Coutinho (1992), na perspectiva gramsciana, o Estado se constitui por um espaço contraditório, ao mesmo tempo em que garante direito, é uma instituição coerciva e opressora. O Estado é a correlação de forças entre as classes sociais fundantes, e pode ser um espaço de autodefesa do capitalismo e dos interesses da classe dominante, constituindo-se como um espaço contraditório que pode ser

transformador ou conservador. Quando o teórico fala em dirigir o Estado, este está falando em uma disputa de poder, uma correlação de forças, no qual agendas políticas diferentes se confrontam por meio do poder político.

Gramsci, durante o período em que permaneceu no cárcere, debruça-se sobre os conceitos e teorias de Marx e Maquiavel, para compreensão do Estado. Assim, Gramsci se apropria desses autores para escrever uma nova teoria de Estado mais ampliada, abrangente, considerando o Partido Comunista como o príncipe moderno.

Traduzindo na linguagem peculiar de Gramsci, a tarefa do 'moderno príncipe' consistiria em superar inteiramente os resíduos corporativos [...] da classe operária e contribuir para a formação de uma vontade coletiva nacional-popular, ou seja, de um grau de consciência capaz de permitir uma iniciativa política que englobe a totalidade dos estratos sociais de uma nação, capaz de incidir sobre a universalidade diferenciada das relações sociais. O partido, assim, aparece como uma objetivação fundamental do que Gramsci chama de 'momento catártico' [isto é, a superação por parte de uma classe de seus interesses econômico-corporativos imediatos para elevar sua consciência ao plano da vontade coletiva, histórica, universal]. (COUTINHO, 1992, p. 104).

Portanto, Marx (2010a) diferencia emancipação humana e política, a emancipação política se restringe apenas à cidadania, democracia, a direitos políticos, podendo conciliar com a ordem burguesa. O sistema capitalista impossibilita uma emancipação humana, é um sistema que apenas se produz por meio da desigualdade, “[...] dessa maneira, não há contradição nos termos que expressam essa igualdade: somos todos cidadãos, membros da sociedade burguesa (civil se preferirem), como todos, portanto, capital.” (IASI, 2007, p. 56). A emancipação política se constitui no sentido, que “todos são iguais perante a lei”, mas estes não têm oportunidades iguais, a democracia de fato não se efetiva em um espaço em que o capital se apropria desta, “[...] o Estado pode ser um estado livre sem que o homem seja livre.” (MARX, 2010b, p. 21). Assim, para se atingir a emancipação humana, precisa-se da superação do capitalismo, a eliminação da propriedade privada, da desigualdade social, da exploração do homem pelo homem.

Gramsci também compartilha da ideia de superação do capital para conseguir atingir a emancipação humana, mas desacreditava de uma tomada do poder apenas pela revolução armada, ele acreditava que para se ter uma revolução de fato, é necessária uma “revolução cultural”, ou seja, só se faz revolução com

consciência de classe, com mudanças de mentalidade. Em sua teoria, este também visualiza o Estado como um espaço de luta, de disputa de poder, de ideologia. Por isso, o autor se torna referência nos estudos de educação e para o Serviço Social, visualizando a importância da educação na formação da cidadania, resgatando a importância do educador e do assistente social como um intelectual orgânico da modernidade.

A EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA GRAMSCIANA: ELEMENTOS PARA O PROCESSO EMANCIPATÓRIO

Gramsci denuncia a diferença classista da educação: de um lado a escola propedêutica para a classe dominante, para formar dirigentes e especialistas e do outro a escola profissionalizante para a classe trabalhadora, dualismo que apenas reforça a divisão social do trabalho. Por essa razão, defendeu a escola elementar, “escola única” ou “escola unitária”, que conciliaria o trabalho manual e a capacidade/trabalho intelectual, defendendo a socialização da escola e da cultura intelectual.

Ter esses dois tipos de escola visava predestinar o aluno a um determinado ofício, sem dar-lhe acesso ao “ensino desinteressado” (expressão gramsciana), já a escola única proporcionaria as mesmas condições de acesso ao conhecimento de acordo com as necessidades e realidades, uma escola onde todos possuem a condição de se tornar dirigentes.

Gramsci compreende que em termos metodológicos e de formação, que todos precisam ter acesso à cultura dominante, a cultura socialmente construída, apropriada de maneira privada, que dê as devidas condições de todos serem dirigentes, ou melhor, de todos estarem em condições de assumirem funções de dirigentes. Mesmo não sendo este o fim último para Gramsci isto permitiria com que as pessoas tivessem acesso àquilo que historicamente foram privadas, do conhecimento construído coletivamente, transformado em propriedade privada. (CASTRO; RIOS, 2007, p. 223).

Ou seja, a escola não deve limitar o futuro das pessoas e sim ser uma escola de liberdade. Na “escola única”, todas as pessoas participariam do processo pedagógico, possibilitando a chance da classe trabalhadora ter acesso aos saberes dominantes começando pela alfabetização e, por fim, os direitos e deveres do cidadão. Esta escola combinaria a teoria com a prática que resulta na práxis

humana.

A tendência hoje é a de abolir qualquer tipo de “escola desinteressada” (não imediatamente interessada) e “formativa”, ou conservar delas tão-somente um reduzido exemplar destinado a uma pequena elite de senhores e de mulheres que não devem pensar em se preparar para um futuro profissional, bem como a de difundir cada vez mais as escolas profissionais especializadas, nas quais o destino do aluno e sua futura atividade são predeterminados. A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 1979, p. 118).

Para Gramsci, a burguesia dita as regras, faz com que o senso comum seja interiorizado sem um processo reflexivo por toda a população, para manter seu poder e sua dominação. Por isso a classe trabalhadora deve ter acesso aos saberes dominantes, entender criticamente como se ocorre esse processo, para se construir outro senso comum, outra cultura, outra filosofia, e por fim uma nova hegemonia que não baseada na dominação e na exploração e sim numa nova perspectiva humanizadora.

Senso comum se constitui como conhecimento preliminar que guia ações e é verdadeiro; porém, interiorizado, sem crítica, por processo de inculcamento, via concepções de mundo alheias ao indivíduo-massa e que serve à conservação de um processo hegemônico de uma das classes (a burguesia) em luta de dominação. Contudo, numa perspectiva gramsciana há que se considerar o senso comum como ponto de partida e também ponto de chegada, enquanto processo hegemônico das classes subalternas. (SABÓIA, 1990, p. 48).

Reconhece a escola como uma das instituições reprodutoras da ideologia do Estado burguês, que pode contribuir para a alienação e acomodação dos sujeitos, porém também vê nesse espaço uma possibilidade de uma nova mentalidade crítica que pode contribuir para a emancipação dos sujeitos e que traga também a necessidade de superar, de transformar e modificar. Portanto, segundo Castro e Rios (2007, p.225): “[...] atribui uma dupla função à escola, numa perspectiva dialética: a de conservação e a de superação das estruturas capitalistas.”

Os aparelhos de hegemonia (a escola como um deles) são o campo da luta

hegemônica, organismos de participação política. Ainda que se constituindo em fortificações das classes dirigentes são, também, lugar de antagonismos, cabendo às classes dominadas explorarem estes espaços, conquistarem posições e, desta forma, criarem uma contra-ideologia que significa elaborar uma outra filosofia e um outro senso comum, buscando, desta forma, inverter a correlação de forças vigentes neste Estado de classes que porta projetos de sociedades distintas. (SABÓIA, 1990, p. 52).

Uma escola humanista deve desenvolver em cada sujeito uma cultura geral e também contribuir para a formação de um sujeito crítico e emancipado. Para isso, o Estado deverá assumir as despesas com os serviços públicos, para alcançar uma educação pública sem diferenças de classes.

Isto requer que o Estado, a princípio, assumas as despesas com os serviços públicos, requer que a educação como um todo seja pública sem diferenciar classes. É na escola que o estudo e o aprendizado científico deve começar, não se restringir às universidades, a escola única deve ser uma escola criadora, que desenvolva a autonomia dos sujeitos. (CASTRO; RIOS 2007, p. 225).

Gramsci compreende que qualquer ação/prática humana é pensada e baseada em uma fundamentação teórica, possuindo uma quantidade de atividade criadora e intelectual. Todo homem é um intelectual, pois todos possuem faculdades intelectuais e racionais, porém nem todos possuem a função social de intelectual.

Em termos gramscianos, “[...] todos os homens são intelectuais”. (1979, p. 07), mas nem todos eles desempenham tal função. Para Gramsci é um erro metodológico caracterizar de maneira unitária as atividades intelectuais e distingui-las dos diversos agrupamentos sociais. Este autor compreende que em qualquer trabalho físico, mesmo o mais degradado, existe um nível mínimo de qualificação técnica e isto representa um nível mínimo de atividade criadora, de atividade-intelectual. Por outro lado, não desconsidera a distinção de graus de atividade específica intelectual, no sentido do esforço da elaboração “intelectual-cerebral” e do esforço “muscular-nervoso”. (CASTRO; RIOS, 2007, p. 224, grifo do autor).

Todo homem é filósofo, pois possui o potencial de transformação social. Gramsci não acreditava em uma revolução armada, acreditava que a tomada de poder deve, necessariamente, ser procedida pela mudança de mentalidade, uma revolução cultural, os principais atores dessa mudança seriam os intelectuais orgânicos e um dos instrumentos mais importantes – a escola.

Em outras palavras, a educação para ser efetiva deve ter como norte a emancipação como elemento central, bem como considerar as contradições históricas objetivas. Uma formação concreta deve ser aquela que em seu dinamismo exponha as contradições que estão presentes na sociedade, ou seja, aquela que pressupõe o princípio de não-identidade

entre realidade e conceito, entre forma social e existência humana. (CASTRO; RIOS, 2007, p. 227).

A educação deve elevar a classe subalterna do senso comum ao senso crítico, ao bom senso e à consciência filosófica, pois este processo de contra-hegemonia resultará numa práxis revolucionária e conseqüentemente na transformação social que romperá com o sistema que explora e oprime para construir uma nova sociedade mais justa.

A emancipação humana, portanto, em uma dimensão ampla, seria o fim da exploração, o fim da sociedade dividida por classes e a extinção do capitalismo. Mas a emancipação também se ocorre numa dimensão molecular através de rupturas moleculares cotidianas, que seriam práticas educacionais que rompam com o senso comum e contribuam para a construção do bom senso. Estas rupturas moleculares vão agindo em grupo, influenciando novos modos de pensar e agir em sociedade e aos poucos vão ganhando proporções maiores para finalmente alcançar a emancipação humana.

Trata-se de um processo molecular, miudíssimo, de análise extrema, capilar, cuja documentação é constituída por uma quantidade incrível de livros, opúsculos, artigos de revistas e de jornais, de conversações e debates verbais [...] que no seu conjunto gigantesco representam esse trabalho do qual nasce uma vontade coletiva, com um determinado grau de homogeneidade [...] para determinar uma ação coordenada e simultânea no tempo e no espaço geográfico em que o fato histórico se verifica. (GRAMSCI, 1984, p. 91).

Para atingir uma perspectiva cada vez mais ampla, é necessário socializar conhecimentos já produzidos, ou seja, difundir a consciência crítica e práticas emancipatórias.

[...] não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de uma multidão de homens ser conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato "filosófico" bem mais importante e "original" do que a descoberta, por parte de um "gênio filosófico", de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1991, p. 13-14).

Essas rupturas moleculares não são suficientes para romper com a exploração, a dominação e com o sistema vigente, porém são necessárias para

alcançar a dimensão ampla que extinguirá o capitalismo, portanto, mesmo agindo em dimensões moleculares, não deixa de ter como objetivo a dimensão de totalidade.

A DIMENSÃO EDUCATIVA NA FORMAÇÃO E NO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

As reflexões sobre a emancipação já construídas por Marx, no século XIX, chamaram a atenção de Gramsci que, décadas mais tarde desde a morte de Marx, passou a estudar essa concepção, relacionando-a à conjuntura da Itália nos difíceis anos iniciais do século XX. "O modo de produção da vida material condiciona a vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o teu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência." (MARX, 2008, p. 47).

Gramsci

[...] acreditava no poder da ciência, no progresso do trabalho articulados à liberdade e à vontade humana. Acreditava ainda na consciência e na liberdade do indivíduo, em sua capacidade de desenvolver o espírito crítico e de organização social para enfrentar o 'jugo da servidão e da exclusão social.'" (LUIZ, 2013, p. 90-91).

Defendia a criação de "[...] um Projeto Ético-político que fomentasse a potencialidade das massas que ficaram relegadas às propostas emancipatórias da Modernidade." (LUIZ, 2013, p. 91).

O pensador sardo ainda defendia a transformação social pela via do protagonismo consciente, organizado e ativo dos homens e pela via cultural e política, desencadeando processos de rupturas com o atual sistema coercitivo, de dominação que explora, oprime e impede a conquista da liberdade, criando assim uma contra-hegemonia.

Gramsci centrou seus estudos nos movimentos revolucionários dos operários, na possibilidade de elevação crítica da consciência humana, da edificação de uma contra-hegemonia, centrando o poder nas classes subalternas na direção da extinção do fascismo na Itália. A criação de uma contra-hegemonia a partir dos movimentos da classe trabalhadora, enquanto classe que tem papel fundamental na produção de riqueza, é em que acreditava Gramsci.

Gramsci considerava a educação como a via mais importante para ascender as classes subalternas à consciência filosófica, ou seja, sair do senso comum, partindo para o bom senso, pois, para Gramsci, o “senso comum” seria um conhecimento “empírico”, restrito à compreensão imediata e superficial, passivo em relação a um dado grupo ou sociedade, já o bom senso um conhecimento “inquieta”, transformador, que atribui o novo e desconstrói velhos dogmas sociais (KONDER, 2002).

"[...] a educação compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não, institucionalizados ou não [...]." (LIBÂNEO, 2002, p. 81). Dessa forma, discutir a Escola implica discutir hegemonia e intelectualidade.

A educação, segundo o pensamento gramsciano, corresponde à ação concreta como forma de construção teórico-prática do mundo como o conhecemos. A existência do mundo e das ideias estão diretamente ligadas às ações das pessoas ao longo da história. Nada surgiu de repente, sem prévias ideias, sem conhecimento. Tudo que existe é fruto das diversas experiências de vida de cada pessoa que contribui para a “evolução” do mundo. E essa transformação só se dá através do processo educativo.

Assim, as práticas pedagógicas e democráticas devem ser fomentadas para socializar e universalizar o conhecimento, criando conseqüentemente uma cultura política madura nas classes e grupos sociais, enfrentando assim os mecanismos de poder e dominação hegemônicos (LUIZ, 2013).

Cantoia Luiz (2013) chama esse processo de rupturas moleculares, pois essas práticas vão agindo em cada grupo ou classe específicos, e cada molécula social vai, aos poucos, conquistando maiores condições de emancipação, que, ao se juntarem, consolidarão o projeto de transformação e a emancipação humana através de uma contra-hegemonia será, finalmente, concretizada.

Estabelecendo uma articulação do pensamento gramsciano com o Serviço Social, pensando no processo de formação profissional do Assistente Social entendemos que esta deve apresentar uma qualidade substantiva de modo a aproximar o aluno à realidade social posta, considerando todo o processo histórico-dialético. Nesse sentido, a contribuição do pensamento de Gramsci levou o Serviço Social a pensar suas diretrizes teóricas e práticas, problematizando as questões

postas socialmente frente à profissão, sendo assim o Projeto Ético-Político que – afirma seu compromisso com a autonomia, com a emancipação e com o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais (SILVA, 2013, p. 185). O Serviço Social tem como um horizonte a possibilidade de construção de outra ordem societária sem exploração e dominação de classe, gênero e etnia. O Código de Ética que tem a liberdade como valor ético central – explicada como a possibilidade de escolha entre alternativas reais concretas rumo a emancipação humana.

O Serviço Social, após aderir ao pensamento de Marx na intenção de ruptura com a visão conservadora, transformou-se em uma profissão com postura crítica que questiona as contradições da realidade social e busca, através da luta cotidiana, meios para garantir aos sujeitos os seus direitos que, por vezes, são violados e negados, conforme explícito de forma hegemônica nos órgãos representativos da categoria profissional (conjunto Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social - CFESS/CRESS), na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) –, na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). Também esse posicionamento se manifesta nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996), no Código de Ética Profissional (1993) e na Lei que regulamenta a Profissão (1993) (ABEPSS, 1996, CFESS, 2012).

A proposta de luta pela emancipação humana surge desse movimento de reconceituação, no qual o Serviço Social deixa de ser uma profissão que visava atender os interesses da classe dominante, ajustando e adaptando os indivíduos na sociedade e passa a reconhecer a história da luta de classes e as contradições colocadas pelos meios de produção material e as consequências destas na vida material, social, política e intelectual dos sujeitos.

Esses aspectos históricos devem estar fortemente inseridos e discutidos nas salas de aula, estimulando os estudantes ao movimento crítico-reflexivo da realidade, seguindo a concepção gramsciana de conquista de uma consciência filosófica. Só com a criticidade desenvolvida é que os estudantes terão uma atuação ético-política coerente como que a proposta hegemônica (assumida pelos órgãos representativos da categoria profissional, conjunto CFESS/CRESS/ABEPSS) que a categoria profissional vem assumindo nas últimas décadas.

A formação profissional também deve acompanhar, teórica e criticamente,

o estudante quando este adentra os campos de estágio, pois a realidade da profissão nos espaços sócio-ocupacionais propiciará impacto na visão do mesmo sobre a realidade social e sobre o seu compromisso de trabalho que começará a ser apreendido através da supervisão de estágio com o profissional, que deverá possuir essa consciência filosófica em constante construção.

É importante que, desde a formação na graduação, os estudantes tenham conhecimento sobre a categoria 'emancipação' e das suas subcategorias, para relacioná-las à prática do estágio supervisionado e, assim, construir uma postura profissional comprometida com a luta pela libertação dos trabalhadores, das opressões do sistema capitalista, reconhecendo ainda que nosso trabalho profissional possui, além das competências: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, as dimensões: investigativa, interventiva e também educativa, sendo a educação meio para construir conhecimento e elevar o pensamento dos sujeitos sociais pela via crítica-reflexiva (Bom Senso).

Esse conhecimento não só auxiliará o profissional a atuar em face aos sujeitos de sua intervenção, como também oferecerá elementos para que o próprio profissional, enquanto sujeito inserido em uma classe trabalhadora, portanto também vítima das contradições e das opressões do capital, crie estratégias para se emancipar. O conhecimento crítico possibilita o desvelar da realidade social, revelando as contradições, sendo, então, possível compreender as relações sociais na perspectiva da totalidade, estimulando os sujeitos a lutarem na direção da construção de uma outra sociabilidade, somente assim para que a proposta de uma sociedade mais justa e igualitária não se perca e nem deixe de existir, como um horizonte a ser perseguido.

Assim, a práxis deve ser configurada desde o estágio supervisionado, estimulando os estudantes a sempre realimentá-la para que, futuramente, estes, então profissionais, não se tornem adeptos do velho jargão: "a teoria na prática é outra", pensamento totalmente desvinculado da perspectiva dialética. Distanciar teoria da prática é desconsiderar toda a bagagem teórico-metodológica e ético-política acumulada no processo formação inicial do Assistente Social – a graduação, oferecendo ainda riscos ao cometimento de posturas antiéticas que fogem ao compromisso do projeto ético-político profissional, construído ao longo das últimas décadas.

Há profissionais que dizem que a teoria está muito distante da prática. Contudo, conforme já dito anteriormente, esse pensamento pode ocasionar em práticas profissionais descomprometidas com o Projeto Ético-Político que defendemos, arruinando qualquer forma de luta a favor da classe trabalhadora e, de forma molecular, como diria Gramsci, na direção da emancipação humana.

Agir profissionalmente desconsiderando a criticidade diante da realidade social em que se está intervindo favorece ainda mais o processo de dominação e o fortalecimento da hegemonia burguesa que explora e transforma cada vez mais o ser social em mero objeto para produzir riquezas e fabricar lucros.

Sabe-se que o cotidiano profissional está repleto de desafios, pois, nós, Assistentes Sociais, atuamos em espaços formados por contradições, onde o poder do Estado e/ou das Instituições privadas tenta prevalecer aos interesses que defendemos e lutamos.

Deparamo-nos com resistências de gestores em avançar na luta pela ampliação dos direitos sociais, portanto pela conquista da emancipação política. Ao contrário disso, o que observamos é o sucateamento das políticas públicas que deterioram nossas condições de trabalho, as condições de atendimento aos usuários desses serviços sociais e desqualifica o atendimento em face aos cidadãos, acentuando as violações de direitos sociais. Nota-se um processo inverso: o espaço em que deveriam se garantir direitos com qualidade, dignificando os cidadãos para uma vida mais autônoma, com subsídios para sua emancipação política – atua contrariamente, isto é, não garantindo ao menos o que está previsto constitucionalmente como sendo direito social a ser efetivado pelas diversas políticas sociais. O que ocorre é o gerenciando da miséria, mantendo os níveis de desigualdades sociais acentuados, adoecendo profissionais e desafiando-os a construir outras formas de embates para reversão da situação.

Todavia, como diria Gramsci: “[...] que o pessimismo da razão não seja maior que o otimismo das nossas vontades” (GRAMSCI, 2006, p. 267), ou seja, mesmo com os desafios postos pela realidade, adversa ao projeto ético-político dos assistentes sociais, não podemos esquecer que a formação desse profissional, conforme determina as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996), está fundamentada no conhecimento a partir da método do materialismo histórico dialético. Essa visão crítica da realidade

social propicia condições para que os profissionais – assistentes sociais – promovam discussões reflexivas com os indivíduos atendidos nas diferentes instâncias das políticas sociais. Dessa forma, a formação profissional dos assistentes sociais deve ser direcionada para construir as capacidades teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, desenvolvendo ainda a dimensão investigativa, educativa e interventiva pautada na perspectiva crítica para promover a elevação do conhecimento das classes subalternas, efetivando então a práxis, que sempre deve ser realimentada com novas aprendizagens e socialização de conhecimentos, em um constante processo de aprimoramento profissional.

A luta é cotidiana, com vários obstáculos a serem superados. Resistir é importante, todavia, em alguns momentos, estamos sujeitos a ceder às pressões da hegemonia burguesa e rever as estratégias para retomar o caminho. Essa reflexão não acredita em luta armada. Não vê a violência como alternativa para a concretização do projeto emancipatório das classes subalternas. Pensa-se que a luta deve se dar pelo diálogo, pelas possibilidades de resistência, sem desistir. Temos espaços que permitem esses avanços e temos condições para potencializá-los.

Para isso, é importante que o Assistente Social se reconheça como sendo parte da classe trabalhadora que, ao mesmo que atua para a emancipação dos sujeitos, também deve lutar pela sua emancipação, pois essa categoria profissional também sofre todos os percalços da classe trabalhadora, sendo: a dominação, coerção e barbárie do sistema hegemonicamente posto. O conhecimento que adquirimos desde a graduação, perpassando pela prática do estágio supervisionado e, posteriormente, nos campos de atuação profissional, proporciona subsídios suficientes para lutar pela construção de uma contra-hegemonia, pelo desenvolvimento da classe trabalhadora e pela conquista da igualdade e no rumo da tão defendida emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto durante o texto, Antonio Gramsci apresenta expressiva contribuição para o pensamento do Serviço Social brasileiro ao longo da sua trajetória histórica, sendo esse profissional considerado um “intelectual orgânico”

contemporâneo, dado o atual cenário onde os profissionais – Assistentes Sociais – estão inseridos.

O conceito “emancipação” deriva do latim *emancipare*, relacionando-se ao processo, individual e coletivo, de considerar pessoas ou grupos independentes e representa o processo histórico, ideológico, educativo e formativo de emancipar indivíduos, grupos sociais e países da tutela política, econômica, cultural ou ideológica (PIZZI, 2005 apud STAMPA, 2011, p. 74). Emancipar-se politicamente só é possível no contexto de sociedades democráticas, por exigir um exercício anterior de noções como liberdade, igualdade, autonomia e desalienação, pois, para exercer a emancipação, é necessário viver em sociedade, usufruindo direitos civis, políticos e sociais, nos âmbitos individual e coletivo, o que se desdobra em questões morais e éticas (STAMPA, 2011, p. 74).

Nesse sentido, o Serviço Social é a profissão que compõe intelectuais com formação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa que fundamenta a sua prática interventiva com vistas a contribuir com a transformação dos sujeitos sociais de passivos a ativos, críticos, conscientes da dinâmica da sociedade capitalista, portanto, contribuindo com a formação de uma consciência crítica que incide sobre o processo de transformação da realidade social. Seu compromisso se dá com a classe trabalhadora, que vive as vulnerabilidades postas pelo desenfreado desenvolvimento desigual do sistema capitalista.

“O exercício da profissão de assistente social ou trabalhador social promove a mudança social, a resolução de problemas no contexto das relações humanas e a capacidade e empenho das pessoas na melhoria do ‘bem-estar’.” (FITS, 2000 apud CFESS, [2012]).

Aplicando teorias de comportamento humano e dos sistemas sociais, o trabalho social focaliza a sua intervenção no relacionamento dos sujeitos sociais e a realidade social que os rodeia. Os princípios de direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social.

O Trabalho Social, nas suas diversas vertentes, abrange as múltiplas e complexas inter-relações que se estabelecem entre os sujeitos e o meio que os envolve. O principal objetivo dos Assistentes Sociais é mobilizar, estimular e desenvolver potencialidades dos seres sociais, pois, ao se perceberem como sujeitos de direitos, se empoderam e assim têm mais possibilidades de se organizar

como sujeitos coletivos na luta por sua emancipação política.

Dessa forma, o profissional do trabalho social tem uma função emancipatória na sociedade e também na vida dos indivíduos, família e comunidades a quem o seu trabalho se dirige. Ao trabalho social está subjacente um conjunto articulado de valores, de teorias e de práticas.

Numa sociedade perversa como a sociedade capitalista, principalmente em tempos de capital fetiche, a luta pela emancipação política se faz como um grande desafio. A categoria profissional de assistentes sociais contribui nesse processo, apesar de estar ciente de que a superação das desigualdades sociais só será possível com a superação da sociedade capitalista, com o processo de construção de outra sociabilidade. Essa utopia faz parte do ideário dos profissionais que assumem integralmente o projeto ético-político profissional juntamente com outros trabalhadores e alimenta o “sonho” de uma outra sociabilidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social** (com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 08 de novembro de 1996). Brasília, DF, 1996.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10. ed. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 2016.

_____. **FITS/IFSW: definição de Serviço Social**. Montreal, 2000. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/diagramacao_consolidado_definicoes-FINAL.pdf>. Acesso em: 2016.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

_____. **Marxismo e política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 1994.

_____. **Gramsci**. Porto Alegre: L&PM, 1981.

CASTRO, M.; RIOS, V. L. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 7 n. 3. p. 221-228, 2007. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/index.php/ric>. Acesso em: 25 jan. 2015.

DEL ROIO, M. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista de Sociologia e**

Política, Curitiba, v. 7 n. 29, p. 63-78, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsocpn29/a06n29.pdf>. Acesso em: 25 jan., 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KONDER, L. **Gramsci e o Brasil: a questão da ideologia em Gramsci**. [Juiz de Fora] 2002. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?id=298&page=visualizar>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos: (1910 – 1920)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. v. 2.

_____. _____. Tradução, organização e edição de Carlos Nelson Coutinho e outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

_____. _____. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. v. 1.

_____. **Concepção dialética da história**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

_____. **Maquiavel e o príncipe moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IASI, M. L. **Ensaio sobre a consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** São Paulo: Cortez, 2002.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional**. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010a.

_____. **Sobre a questão judaica**. Obra de 1843. Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010b.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.; _____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A Sagrada Família ou a crítica da Crítica de Bruno Bauer e consortes**. Obra de 1845. Tradução de Marcelo Backes. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Contribuição à crítica da economia política. In: FERNANDES, F. (Org.). **K. Marx & F. Engels: história**. Tradução e introdução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 1).

PINTO, J. B. Buscando uma metodologia de pesquisa para o serviço social: reflexões de um professor de pesquisa a margem dos paradigmas. **Caderno ABESS**, São Paulo, n. 6, p. 29-45, set. 1993.

POLITZER, G. **Princípios elementares de filosofia**. Lisboa: Prelo, 1979.

SABÓIA, B. A filosofia gramsciana e a educação. **Em Aberto**, Brasília, DF, ano 9, n. 45, p. 46-56, jan./mar. 1990. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1767/1738>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

STAMPA, I. "Compromisso de classe por uma sociedade emancipada": Notas para reflexão. **Temporális**, Brasília, DF, ano 11, n. 22, p. 159-190, jul./dez, 2011.

TONET, I. **A propósito de "glosas críticas"**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WANDERLEY, L. E. W. Sociedade Civil e Gramsci: desafios teóricos e práticos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 5-30, jan./mar. 2012.